

Adalene Ferreira Figueiredo da Silva
Carmen Hein de Campos
Jacqueline Padão
Paula Franciele da Silva
(orgs.)

GÊNERO E DIREITOS HUMANOS

perspectivas
múltiplas



A inclusão dos direitos humanos das mulheres na agenda internacional é fruto de uma intensa luta de movimentos feministas e das mulheres. No entanto, os direitos humanos das mulheres não são uma gramática unívoca. Por isso, a educação em direitos humanos é tarefa urgente e compartilhar experiências do ensino dos direitos humanos na educação superior nos ajuda a (re)pensar como esse ensino tem sido realizado. Por outro lado, a educação em direitos humanos também tem revelado, tanto do ponto de vista prático quanto teórico, tensões, pois nem todos os movimentos sociais incorporam a categoria gênero e nem sempre a categoria gênero incorpora raça e classe. Por isso, desde os anos oitenta feministas negras pontuam a necessidade de olhar os direitos humanos das mulheres desde uma perspectiva interseccional e corpos dissidentes reclamam consideração e não a patologização e a padronização realizadas pelas ciências, inclusive a jurídica. Nesse sentido, o Direito tem sido utilizado para regular e oprimir corpos dissidentes, negros e pobres. A opressão sobre os corpos femininos e feminizados negros, trans e interssex, por exemplo, pode-se dar pela força coercitiva para normalizar, para negar sua existência jurídica e para mutilar reprodutivamente. O sistema de justiça criminal tem sido instrumento do juvenicídio, especialmente contra corpos negros na insana e falida “guerra contra as drogas” e do transfeminicídio, negligenciado e ocultado.



Gênero e Direitos Humanos

Perspectivas múltiplas

Organizadoras

Adalene Ferreira Figueiredo da Silva

Carmen Hein de Campos

Jacqueline Padão

Paula Franciele da Silva



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Jacqueline Padão

Fotografia/imagem de Capa: "Woman With White and Pink Flower on Her Head" por @cottonbro

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SILVA, Adalene Ferreira Figueiredo da; CAMPOS, Carmen Hein de; PADÃO, Jacqueline; SILVA, Paula Franciele da (Orgs.)

Gênero e Direitos Humanos: perspectivas múltiplas [recurso eletrônico] / Adalene Ferreira Figueiredo da Silva; Carmen Hein de Campos; Jacqueline Padão; Paula Franciele da Silva (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

272 p.

ISBN - 978-65-5917-430-0

DOI - 10.22350/9786559174300

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Gênero; 2. Direitos Humanos; 3. Justiça; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 340

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito 340

Relações de gênero e violência: masculinidades violentas e juvenicídio no Brasil

*Ana Paula Motta Costa*¹
*Marina Nogueira de Almeida*²
*Luiza Mostowski Oliveira*³

Introdução

O Levantamento Anual do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo) mais recente aponta que 96% dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil identificam-se com o gênero masculino (BRASIL, 2019). Essa realidade não é diferente da encontrada no sistema penitenciário nacional, 95,5% de população masculina (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2020), e no mundial, com 93% (INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA, 2017). Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime revelam que os homens são responsáveis por 90% dos homicídios registrados mundialmente, enquanto compõem 81% das vítimas. Além disso, os mesmos dados indicam uma maior vulnerabilidade dos jovens entre 15 e 29 a tais crimes, especialmente no continente americano em

¹ Pós-doutora em Criminologia e Justiça Juvenil junto ao Center for the Study of Law and Society (Berkeley Law) da Universidade da Califórnia; Doutora em Direito (PUC/RS); Mestre em Ciências Criminais (PUC/RS); Advogada, Socióloga; Professora da Faculdade de Direito da UFRGS, com atuação na Graduação, Mestrado e Doutorado. Coordenadora do Grupo de Pesquisa UFRGS/CNPQ Observatório de Pesquisa em Violência e Juventude <https://www.ufrgs.br/observajuv/> E-mail: anapaulamottacosta@gmail.com; Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4819150909009593>

² Doutoranda em Direito junto ao Programa de Pós-graduação em Direito da UFRGS; bolsista Capes, Mestra em Direitos Humanos/UniRitter, Advogada, integrante do Grupo de Pesquisa UFRGS/CNPQ Observatório de Pesquisa em Violência e Juventude <https://www.ufrgs.br/observajuv/>; email: almeida.marinan@gmail.com; Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/3110913942880142>

³ Graduada em Direito/UFRGS, bolsista de iniciação científica integrante do Grupo de Pesquisa UFRGS/CNPQ Observatório de Pesquisa em Violência e Juventude <https://www.ufrgs.br/observajuv/>; E-mail: luiza.mostowski@gmail.com; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6037847665563411>

razão dos conflitos locais entre gangues e o crime organizado (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2019). Essas informações situam a população masculina como os principais autores e vítimas dos crimes cometidos e contabilizados pelas autoridades governamentais em nível mundial. Assim, partindo-se desta realidade, é necessário questionar se tal desproporção possui relação com as formas de socialização e de construção da identidade masculina.

A palavra “masculinidade”, entendida como um ideal de orientação ocidental para formação de comportamentos entendidos como autenticamente masculinos, passou a ser utilizada a partir do Século XVIII, momento em que se realizavam diversos esforços científicos para explicitar critérios de diferenciação entre os sexos. Para Oliveira (2004), embora esse ideal da masculinidade seja resultado de transformações históricas, não é possível defini-lo somente como fruto de relações meramente causais ou unilaterais, em razão do papel que possui de influenciar o grupo de instituições que possibilitaram sua emergência. Faz-se necessário, então, entender a sua ligação íntima com os outros ideais societários e sistemas simbólicos, como modo de melhor compreender o valor social da masculinidade. Para tanto, o autor aborda a masculinidade sob a ótica da sua importância enquanto um dos estratos do *socius* e suas características históricas.

A partir dos limites em Freud quanto à conceituação de masculino e feminino, a socióloga Raewyn Connell (2005) aponta que esta imprecisão está intrínseca ao caráter do próprio gênero. Dado a sua constante mudança histórica e conteúdo politicamente carregado, as definições elaboradas são sempre contestadas, tendo em vista que há diversos discursos conflitantes e sistemas de conhecimentos que reivindicam para si o direito de explicá-los.

No campo da sociologia, entende-se a construção do gênero como parte da interação social, e as novas pesquisas estão direcionadas ao fazer e ao refazer dessas convenções. Com isso, Connell (1987, 2003, 2005) aponta o lado político das normas de gênero: existem interesses que estão mobilizados para construí-las e técnicas utilizadas para tanto, além de interesses que buscam contrabalancear ou limitar a produção de um tipo específico de masculinidade. Isso significa que há dinâmicas diferentes na produção da masculinidade, que incluem fatores externos ao contexto cultural ou institucional, como classe e raça, e internos, ou seja, conflitos estabelecidos entre grupos de homens acerca das concepções do que é (ou deveria ser) a masculinidade.

A percepção de que não há um consenso interno ocasionou uma mudança na sua abordagem: adotou-se o plural *masculinidades*, no reconhecimento de que há muitas formas de construir-se a identidade masculina. Aliada ao reconhecimento da influência dos fatores externos, essa transformação foi crucial para a formulação do seu conceito de masculinidade hegemônica e, também, para compreender que somente reconhecer essa diversidade não é suficiente. Connell (2005) declara que é fundamental abordar a forma pela qual ocorrem as relações entre as diferentes formas de masculinidade, ou seja, a política de gênero dentro da própria masculinidade.

Se as masculinidades estão sob análise dos Estudos de Gênero, especial atenção deve ser dada a um dos momentos principais de socialização e de formação das personalidades: a adolescência. Connell (2005) trata da questão das masculinidades na adolescência, enquanto outros autores têm se debruçado sobre o impacto da violência nesse período. Busca-se, então, traçar uma correlação entre masculinidades e juvenicídio, conceito proposto por Valenzuela Arce (2015).

Dessa forma, este artigo busca delinear como se deu o desenvolvimento histórico da masculinidade enquanto um ideal de orientação ocidental para as identidades dos homens e das estruturas sociais para, enfim, compreender a formulação e estruturação do conceito presente na obra de Raewyn Connell.

1. A construção histórica do ideal moderno da masculinidade

Com o objetivo de compreender como e por que a masculinidade, enquanto lugar simbólico ou imaginário, consegue constituir um valor social e fundamentar outros valores sociais, Oliveira (2004) parte do princípio de que a masculinidade – para o autor, no singular – constitui e articula um dos estratos do *socius*, espaço ou processo que abrange todos os objetos da vida social, incluindo suas instituições, valores e símbolos. Tal análise deve ser feita dentro da *teoria da imbricação dos estratos sociais*⁴, uma vez que a masculinidade enquanto estrato articula-se, ladeia e alastra-se na base dos estratos que a legitimam, podendo modificar-se ao entrar em contato com demais estratos. Para que isso seja possível, é necessário analisar a masculinidade como resultado de transformações ocorridas entre a transição da Idade Média para a Moderna. Oliveira (2004) destaca a formação do Estado nacional moderno, a criação de instituições específicas e o surgimento dos ideais burgueses e valores de classe média nesse processo.

Símbolos dessa transição, os duelos medievais sofreram modificações pelo processo civilizador da modernidade e foram apropriados pela lógica da militarização (OLIVEIRA, 2004). Tratava-se de meio para resolução de conflitos entre homens e o que se disputava era a manutenção, obtenção ou a perda do *status* da honra masculina. Uma vez usurpados pela burguesia, a virilidade e os atos de coragem intrínsecos aos duelos, estes

⁴ Para Oliveira (2004), os estratos sociais são lugares simbólicos de sentido estruturante.

passaram a integrar as características fundamentais do soldado, essenciais aos projetos expansionistas dos Estados Nacionais. A guerra, especialmente na defesa da pátria, virou a escola da masculinidade. Oliveira (2004) descreveu este processo, em que o homem viril colocava sua força de resistência a serviço de uma causa maior, como o acoplamento entre o agente e o *socius*, o que se tornou mais visível nos regimes nazista e fascista: a masculinidade se constituía e articulava no *socius*, um espaço imaginário de sentido estruturante capaz de prover uma razão de ser ao homem.

Em seguida, percebe-se a atuação fundamental de alguns fatores na conciliação entre o ideal do guerreiro heroico ao do trabalhador, para o cultivo de relações sociais estáveis dentro da Nação. A estrutura militar e os esportes trabalhavam o autocontrole como forma de educação da virilidade, transformando os recrutas em soldados obedientes e disciplinados. Já a religião promovia o controle sobre as paixões e a moderação, uma moralidade tipicamente burguesa, a qual fomentava principalmente a disposição ao trabalho e responsabilidade (OLIVEIRA, 2004).

Nesse mesmo sentido, Oliveira (2004) também demonstrou como o Iluminismo e a fé na razão reforçaram a ponderação e o equilíbrio, sendo responsáveis pela interligação entre os ideais da racionalidade, os postulados científicos e o ideal moderno da masculinidade. O cérebro do homem era mais propenso a desenvolver-se intelectualmente, enquanto os seus atributos físicos e propensão à agressividade eram instrumentos que os tornavam mais capazes de vencer a luta da sobrevivência, uma clara absorção do darwinismo e que contribuiu para a ideia de uma virilidade adaptativa, por meio da constante disciplina corporal, moral e intelectual. Por fim, cultivou-se a concepção das diferenças entre o pensamento feminino e masculino, o qual era identificado com a mente científica –

dotado de clareza, não-ambiguidade e predominância da lógica. A ciência ocidental trabalhava no sentido de fortalecer o ideal moderno da masculinidade.

A construção da masculinidade, no entanto, não pode ser pensada sem refletir-se sobre o “outro”. Então, para criar uma coesão grupal, identificação coletiva e a euforia de pertencer a um grupo superior, elegeu-se como inimigos: a) os agentes homo orientados vistos como a incorporação do lugar simbólico feminino em um homem; b) as mulheres, inferiores e subalternas; e c) os povos não brancos, retratados como ingênuos ou selvagens. Para além de garantir a dominação masculina nos espaços públicos e privados, Oliveira (2004) demonstra como a lei era parte desse nexo de construções culturais ao estabelecer o banimento e a punição do inimigo, desvio, da anormalidade e doença.

Dessa forma, nota-se que não é possível estabelecer somente uma relação de causa e efeito em todo esse processo, uma vez que o ideal da masculinidade reflui e participa ativamente dos destinos das formações sociais que possibilitaram a sua emergência. Essa característica, para Oliveira (2004), assenta a masculinidade como um mito na perspectiva de Durkheim (1996), ou seja, como uma representação coletiva que exprime características fundamentais da coletividade, dependendo diretamente da sua constituição e organização, morfologia e instituições. Ainda partido de Durkheim (1984), em especial de sua tese de que a ordem do conhecimento reflete a ordem da sociedade⁵, Oliveira (2004) conclui que somente pode-se compreender o valor social da masculinidade quando é analisada em conjunto com outros sistemas simbólicos. É, então, através

⁵ Durkheim (1984) compreende que o quadro exterior das classificações é fornecido pela sociedade, situada como o centro dos primeiros sistemas da natureza, o que impede seus membros de julgarem livremente as noções elaboradas pela própria sociedade.

dessa visão da masculinidade como um local dentro de relações simbólicas que Connell tece a teoria que revolucionou o estudo das masculinidades.

2. Masculinidades, no plural, por Raewyn Connell

Dentre os diversos tipos de conhecimento sobre gênero, o campo das Ciências Sociais tem desenvolvido três linhas principais de pesquisa sobre a masculinidade por meio de observações históricas, produção de etnografias e análises acerca da construção social e dinâmicas de gênero. A última linha, adotada por Connell, compreende a construção do gênero como parte da interação social e, neste contexto, há práticas diversas na produção da masculinidade, sendo necessário reconhecer o seu dinamismo.

Ao adotar uma abordagem semiótica para a sua compreensão, busca definir a masculinidade como um sistema de diferenças simbólicas em que o masculino e o feminino são contrapostos. Dessa forma, Connell (2005) define a masculinidade como a não-feminilidade, um local de autoridade simbólica que possui o falo como seu mestre-significante, e utiliza-se dessa conexão para construir sua análise sobre a masculinidade: um símbolo (masculino) somente pode ser entendido com a conexão de um sistema de símbolos (gênero).

A masculinidade não surge se não houver um sistema de relações de gênero. Consequentemente, o escopo do seu trabalho é analisar o processo e as relações através das quais homens e mulheres conduzem essas vidas de gênero, não definindo a masculinidade como um objeto natural, normal ou média comportamental. Desde esta perspectiva, a masculinidade passa a ser um local dentro das relações de gênero, ou seja, as práticas pelas quais os homens e mulheres envolvem-se no local de gênero e os efeitos nas suas experiências corporais, personalidades e culturas. Contudo, Connell (2005) observa que também a relação dos homens entre si é

marcada por experiências que inserem-se na lógica dos sistemas de opressão, com grupos opressores e oprimidos, ou, mais especificamente, hegemônicos e subalternos. É a partir de então que, para a autora, não se pode falar em uma única masculinidade, mas sim nas variadas *masculinidades*, em que o plural indica a existência de múltiplas formas de ser e de interagir.

2.1. Gênero como estrutura da prática social

Raewyn Connell deu o pontapé inicial em sua teoria sobre o gênero ainda nos anos 1980, com o livro *Gender and Power*, no qual estabeleceu uma importante estrutura para a análise social do gênero. Desde então, suas contribuições – que estão sempre em constante reformulação conforme a discussão científica aprofunda-se (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) – tornaram-se um referencial importante para a construção de uma teoria do gênero e, em especial, das masculinidades.

Para a socióloga, o gênero é uma forma pela qual as práticas sociais são ordenadas em relação a uma arena reprodutiva⁶, o que torna as relações de gênero – as relações entre pessoas e grupos através dessa arena – uma das maiores estruturas sociais documentadas (CONNELL, 2005). Nessa perspectiva, refere-se à masculinidade e feminilidade como nomeação dos processos de configuração das práticas de gênero, uma vez que essas práticas não consistem em fatos isolados e se relacionam com essa estrutura. Assim, compreende-se a masculinidade e feminilidade como projetos de gênero, ou seja, processos que configuram a prática através do tempo e transformam o ponto de partida em estrutura de gênero.

⁶ Cumpre destacar que a autora utiliza o termo “arena reprodutiva” como referência a um processo histórico que envolve o corpo e não a um conjunto fixo de determinantes biológicos por entender que, embora o gênero se refira constantemente ao corpo e ao que o corpo faz, não se trata de uma prática social reduzida ao corpo.

É possível verificar a existência de configurações de gênero em qualquer fatia do mundo social. A mais familiar é da personalidade ou das características individuais, pois o curso de vida individual compreende as bases do senso comum de feminilidade e de masculinidade. Em seguida, as críticas pós-estruturalistas da psicologia chamam a atenção para o discurso, a ideologia ou a cultura de gênero, a sua organização através de práticas simbólicas que vão além da individualidade. Por fim, Connell (2005) apresenta a contribuição das ciências sociais no reconhecimento de um terceiro local de configuração do gênero: o das instituições como o Estado, local de trabalho e escola. A classificação do Estado, por exemplo, como uma instituição masculina significa que as suas práticas organizacionais foram, e ainda estão estruturadas em relação à arena reprodutiva.

O trabalho desenvolvido por Juliet Mitchell em *Woman's Estate* aponta para uma nova forma de análise estrutural de gênero (CONNELL, 1987). Mitchell dividiu as relações de gênero em quatro “estruturas” – produção, reprodução, socialização e sexualidade – que produzem individualmente uma forma de opressão às mulheres e possuem uma sua própria trajetória histórica, além de deixar implícito o argumento de que as relações de gênero podem ser internamente contraditórias. Os conceitos de diferenciação interna, desnível histórico e contradições internas foram essenciais para o desenvolvimento da teoria de Connell, embora o modelo fosse inconsistente, dado que essas estruturas apontadas por Mitchell não eram, de fato, estruturas.

Desde então, com o avanço das teorias sobre a subordinação das mulheres, foi possível traçar o contorno de duas estruturas substancialmente diferentes de relações entre homens e mulheres: poder e a divisão do trabalho. Entretanto, não é possível compreender todas as problemáticas de gênero somente com essas duas estruturas. Dessa forma,

Connell (1987) delimitou uma nova estrutura ao identificar que as formas pelas quais as pessoas desenvolvem vínculos emocionais entre si e conduzem relações afetivas seguem uma lógica social distinta das anteriores. Essa análise deu origem ao seu modelo triplo de estrutura de gênero, o qual distingue as relações de poder, produção e catexia.

As relações de poder são, muitas vezes, identificadas como o eixo principal da ordem de gênero nos continentes europeu e americano: o patriarcado, a subordinação da mulher e a dominância do homem (CONNELL, 2005). Ao adotar a definição de autoridade como um poder legítimo, Connell (1987) argumenta que o eixo principal dessa estrutura associa com a masculinidade, mas enfatiza que a justificativa dessa ideologia de subordinação feminina necessita da construção de hierarquias entre os homens, para que alguns tenham a sua autoridade negada. Para tanto, cria-se um símbolo negativo da masculinidade, na forma de grupos externos estigmatizados e que reforçam a ideia do homem heroico, dominante e combativo, o que pode ser facilmente identificado na associação direta dos homens homossexuais à feminilidade. Além disso, salienta que é preciso diferenciar a análise das relações globais do que se observa em relações locais, pois a existência de exceções em determinado núcleo familiar, por exemplo, não significa que haja uma subversão do patriarcado.

Em seguida, Connell (2005) passa a refletir acerca das consequências econômicas da divisão de gênero existente no trabalho à medida em que os homens ficam com uma parcela maior da produção do trabalho. A autora conclui que essa divisão de gênero é fundamental e essencial para o capitalismo, o qual segue uma lógica generificada da acumulação, em que há a concentração de benefícios econômicos em uma direção e as perdas em outra (CONNELL, 1987). Entretanto, nota-se que se trata, também, da natureza e organização desse trabalho, não sendo o suficiente

encarar a “divisão sexual do trabalho” como uma estrutura individual, mas sim como um sistema de produção, consumo e distribuição estruturado pelo gênero⁷. Para abordar a política econômica da masculinidade, Connell refere-se às observações de Ann Curthoys acerca da criação das crianças ao concluir:

Uma vez que os homens possuem mais controle sobre a divisão do trabalho do que as mulheres, a escolha coletiva de *não* cuidar de crianças [...] reflete a definição dominante dos interesses dos homens, e de fato os ajuda a manter o poder predominante. (CONNELL, 1987, p. 106, grifo do autor, tradução nossa).

Embora o desejo sexual seja visto frequentemente como algo natural e excluído da teoria social, Connell (2005) percebe claramente o caráter de gênero dessa estrutura de relacionamentos organizados em torno do envolvimento emocional de uma pessoa a outra – a catexia. Os objetos de desejo são geralmente definidos pela dicotomia e oposição do feminino ao masculino, enquanto a prática sexual é organizada principalmente em relações de casais. Em um padrão de desejo socialmente hegemônico, a catexia pressupõe a diferença sexual, mas os membros de um casal heterossexual não são só diferentes, mas sim especificamente desiguais: a mulher heterossexual é sexualizada como um objeto de uma forma que o homem heterossexual não é (CONNELL, 1987). Além disso, também reforça que é possível questionar os aspectos políticos dessas relações (CONNELL, 2005).

⁷ Sobre a divisão sexual do trabalho e seu papel na acumulação primitiva, Silvia Federici (2017, p. 232-233) aduz que “sobre essa base [o patriarcado] foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora. Deste modo, assim como a divisão internacional do trabalho, a divisão sexual foi, sobretudo, uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho, ao mesmo tempo que um imenso impulso à acumulação capitalista. [...] Conforme defendi, a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino”.

Por fim, Connell (2005) aponta a relação entre o gênero e as demais estruturas sociais, uma vez que não só atua como um dos esqueletos das práticas sociais em geral, mas também está interseccionada diretamente com raça e classe. Para que seja possível entender-se o gênero, então, faz-se necessário ir constantemente além do gênero. Da mesma forma, não é possível entender classe, raça ou desigualdade global sem mover-se constantemente em direção ao gênero.

É por meio dessa análise conjunta do gênero com outras estruturas sociais que Connell deixa de se referir a masculinidade enquanto una e passa a identificar a existência de diferentes masculinidades, debruçando-se nas relações estabelecidas entre elas.

2.2. Relações entre as masculinidades

Com um maior reconhecimento da interação entre gênero, raça e classe, tornou-se mais comum a identificação de diversas masculinidades, mas para Connell (2005) isso não é suficiente. É preciso, também, examinar as relações entre essas masculinidades para que seja possível esmiuçar a interação entre classe e raça, o que permite a manutenção de uma análise dinâmica e evita um aprisionamento em uma tipologia de características.

Partindo das análises de Gramsci, Connell (2005) utiliza o conceito de hegemonia como referência à dinâmica cultural pela qual um grupo reivindica e sustenta a posição de liderança na vida social. A autora (CONNELL, 1987) reforça que, embora a hegemonia não se refira a uma ascendência com base na força, não se trata de uma relação incompatível com ela, pois a violência física e econômica oferecem suporte ao padrão cultural dominante e a ideologia justifica o uso da força. Por fim, a hegemonia não significa uma dominação cultural total: não há a

eliminação dos outros grupos e padrões, mas sim a seu enfraquecimento e, conseqüente, subordinação.

Dessa forma, a masculinidade hegemônica é entendida como um padrão de práticas de gênero que possibilita a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), ou seja, é a incorporação da resposta atualmente aceita para o problema de legitimação do patriarcado (CONNELL, 2005). Isso também significa que a hegemonia é uma relação historicamente móvel, modificando-se caso as bases de manutenção do patriarcado mudem.

A construção da masculinidade hegemônica, portanto, não ocorre somente em relação às mulheres, mas também a várias masculinidades subordinadas e essa interação é uma parte importante do funcionamento da ordem social do patriarcado (CONNELL, 1987). Dessa maneira, Messerschmidt (2016) atribui à hegemonia o papel de estruturação hierárquica das relações de gênero, especialmente entre os próprios homens, pois é por meio da legitimação dessa relação de superordenação e subordinação que o sentido e a essência da hegemonia são revelados.

Embora a maioria dos homens não atinjam os ideais culturais de masculinidade, isto não é um empecilho para que obtenham os benefícios da hegemonia e os dividendos do patriarcado – a vantagem de ser homem e a subordinação das mulheres. Ainda, seguindo a noção gramsciana de hegemonia, a qual geralmente implica em um consentimento de larga escala (CONNELL, 1987), os homens, em regra, possuem uma relação de cumplicidade com o projeto hegemônico.

As masculinidades dos homens são construídas de forma que seja possível aproveitar o dividendo patriarcal sem a tensão, ou os riscos, de estar na linha de frente do patriarcado. Connell (2005) a enxerga como uma masculinidade mais definitiva e cuidadosamente trabalhada, dado que a vida em sociedade envolve extensos compromissos com as mulheres.

Portanto, essa relação de cumplicidade evidencia que a hegemonia não significa violência, mas sim atingir o predomínio através da cultura, das instituições e da persuasão (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2016).

Por conseguinte, há também relações de dominância e subordinação entre os homens; e Connell (1987) apresenta a homossexualidade como um dos modelos mais evidentes desse tipo de relação. Tendo em vista que um dos traços principais da masculinidade hegemônica contemporânea é a heterossexualidade e a sua conexão íntima com o matrimônio, tem-se um estigma cultural da homossexualidade e da identidade gay posicionada na parte inferior da hierarquia e subordinada aos homens heterossexuais. A homossexualidade é vista como um receptáculo de tudo que é expulso simbolicamente da hegemonia e assimilada facilmente com a feminilidade (CONNELL, 2005). Na mesma linha, McFarlane (2013) a localiza como diametricamente oposta ao padrão hegemônico de masculinidade. Entretanto, percebe-se que outros homens e meninos heterossexuais também são expulsos desse círculo de legitimidade heterossexual na medida em que são associados à feminilidade em um processo marcado por um vocabulário de abuso (CONNELL, 2005).

Até então, essas três categorias são observadas e identificadas dentro de uma ordem de gênero. Porém, a intersecção com outras estruturas – como raça e classe – permite identifica-se uma nova relação: a marginalização ou desautorização social das masculinidades. As estruturas sociais, assim, possuem uma parte integral na dinâmica social das masculinidades, como na reformulação das masculinidades operárias e de classe média, ou na construção do mito estadunidense do homem negro estuprador⁸ (CONNELL, 2005).

⁸ Angela Davis (2016, p. 188) demonstra como o mito do estuprador negro “era uma invenção obviamente política”, que vêm ao encontro da utilização do gênero para a manifestação do racismo. O capítulo “Estupro, Racismo e o Mito do Estuprador Negro”, do livro “Mulheres, Raça e Classe” refaz o histórico da construção desse mito, e inclusive sua aderência por feministas brancas e por pesquisadoras, no que define de miopia histórica que “ainda as impede de

Destaca-se que, embora seja possível localizar essas masculinidades como subordinadas, McFarlane (2013) entende que o termo marginalização refere-se a um aspecto específico do comportamento masculino, que está nas margens das normas socialmente aceitáveis para a masculinidade. Enquanto a masculinidade hegemônica é um ideal pelo qual os homens devem aspirar, a marginalização é um mal a ser evitado.

3. As masculinidades na construção da adolescência e o juvenicídio

Embora a discussão acerca da juventude não seja recente⁹, o seu debate sociológico é mais recente e surgiu na década de 1920 (BUNGENSTAB; CARVALHO, 2017) em meios a discursos que cada vez mais a retratavam como um problema social resultante dessa fase da vida repleta de instabilidades (PAIS, 2003). Para Pais (2003), esses esforços resultaram no surgimento de duas correntes principais: a geracional e classista. Ainda marcada por um forte determinismo biológico (CONNELL, 2003), a corrente geracional compreendia à juventude como uma fase da vida e categoria etária e homogênea cujos membros compartilham as mesmas experiências. Já a corrente classista, encabeçada por nomes como Stuart Hall, compreende à adolescência como uma relação de classe pautada por desigualdades sociais e as culturas juvenis, resultado das relações antagônicas entre as classes e apresentadas como resistência, sempre carregadas de significado político (PAIS, 2003), não mais relacionando à juventude ao desenvolvimento biológico (CONNELL, 2003). Também na mesma época, investigações de caráter histórico

compreender que a representação dos homens negros como estupradores reforça o convite aberto do racismo para que os homens brancos se aproveitem sexualmente dos corpos de mulheres negras. A imagem fictícia do homem negro como estuprador sempre fortaleceu sua companheira inseparável: a imagem da mulher negra como cronicamente promíscua. Uma vez que a noção de que os homens negros trazem em si compulsões sexuais irresistíveis e animais, toda a raça é investida de bestialidade" (DAVIS, 2016, p; 186).

⁹ A primeira aparição de uma concepção foi feita por Rousseau em 1962 na sua obra *Emílio ou da educação* ao diferenciar claramente a infância, adolescência e vida adulta (BUNGENSTAB; CARVALHO, 2017).

passaram a ver a adolescência como uma categoria sociocultural socialmente construída por meio de políticas estatais, discursos profissionais, e pela existência de instituições responsáveis por novas etapas de educação secundária. A noção, portanto, de sequências de desenvolvimento fixas restou obsoleta (CONNELL, 2003).

Para a compreensão da inter-relação entre masculinidades e adolescência a partir de Connell, é fundamental compreender a pessoa em crescimento como sendo sujeito ativo de sua vida social, e não apenas como objeto de socialização. Assim, é a partir do encontro dos jovens com a ordem de gênero da sociedade, que as masculinidades são construídas, na medida em que “as masculinidades são (por definição) as configurações de práticas associadas com a posição social dos homens”, de modo que “as histórias de vida dos jovens são o principal local de sua construção” (CONNELL, 2003, p. 55, tradução nossa). É nas culturas juvenis que aparecem as masculinidades, seja pela ênfase em uma masculinidade dura, viril, seja em um desprezo pelas mulheres – que embasa a misoginia estrutural – seja por uma raiva às classes mais privilegiadas (expressas também em termos sexuais, com um desprezo por homens de mais alto grau profissional por serem femininos). Nesses espaços tem aparecido o reconhecimento de raça e etnia como padrões dinâmicos de relações que se relacionam à formação do gênero (CONNELL, 2003).

Considerando-se que é na arena reprodutiva que se faz a diferenciação dos corpos e se formam masculinidades e feminilidades, como exposto, a adolescência assume posição de destaque na incorporação social, porque ela corresponde, ainda que em parte, com o período da puberdade e das modificações corporais que justificam a própria existência a arena reprodutiva. Embora as mudanças que ocorrem na puberdade não determinam diretamente a experiência da adolescência, elas trazem ao

questionamento as práticas sociais e os significados que são dados às mudanças e diferenças corporais (CONNELL, 2003).

A adolescência é retratada como o tempo do despertar sexual e da experimentação erótica, o que de fato vem a pautar as experiências dos jovens, levando à formação de um conceito de masculinidade que incorpora o direito ao prazer sexual. Os jovens homens aprendem na adolescência as divisões rígidas de gênero, a subordinação “natural” das mulheres aos desejos dos homens e a heterossexualidade “natural” compulsória. Essas práticas sociais estão diretamente associadas a uma ideologia autoritária e patriarcal, a qual autoriza e tolera o abuso crônico das mulheres, seja através da violência doméstica, seja por meio de violência sexual (CONNELL, 2003).

Além dos aspectos sexuais da adolescência, o esporte também desponta nesse período como uma prática social relacionada ao corpo e como um espaço importante para a formação da masculinidade para os jovens. A recreação com base nos esportes de estrutura de combate ritualizado, cujo êxito é fruto de força e talento, em que é socialmente aceito lesionar-se para “jogar duro”, têm reflexos tanto na violência masculina quanto no problema de saúde desse grupo populacional, na tendência de negar doenças e sub-utilizar os sistemas de atenção básica (CONNELL, 2003).

Como se lê, tanto no aspecto do despertar sexual quanto no campo desportivo, há uma ligação entre a adolescência, as masculinidades e as práticas violentas. Especificamente sobre juventudes e violência, a relação entre tais categorias é traçada desde os primeiros estudos sociológicos. Por vezes, observa-se o enquadramento dos jovens como um “problema social”, na medida em que perturbam a ordem pública e são associados a condutas desviantes, como a abordagem utilizada pela Escola de Chicago (BUNGENSTAB; CARVALHO, 2017). Ou, ainda, como “riscos” - do

envolvimento com drogas, da gravidez precoce, do desemprego, etc. Conforme Pimenta (2014, p. 706),

essa dicotomia contribui para que esses atores não sejam vistos como sujeitos ativos dos processos sociais nos quais se encontram envolvidos, isto é, como participantes ativos das escolhas e decisões orientadoras de suas trajetórias biográficas.

Os jovens de condições sociais diferentes não têm os mesmos projetos e objetivos para o futuro e o modo como respondem às situações é indicador de como os fatores estruturais são percebidos e assimilados nas interações sociais cotidianas. Assim, os jovens de contextos de grande exposição à violência buscam, diante de limitações objetivas para o desenvolvimento de seus planos de vida, formas diversas de viabilizá-las, incluindo-se aqui o envolvimento com atividades ilícitas (PIMENTA, 2014). Neste contexto, o impacto de conflitos violentos diversos irá depender de contextos distintos culturais. Esses conflitos encontram-se fundados em sistemas de valores implícitos baseados em representações do gênero masculino, nos quais a bravura é elemento valorizado (PIMENTA, 2014). Porém, com diferente intensidade, no espaço e no tempo da juventude, os indivíduos do gênero masculino são constantemente desafiados a provarem que não estão sendo “fracos”, “moles”, “bichas”, o que invoca comportamentos que reafirmem sua “masculinidade”, frequentemente por meio da violência.

A violência, a deslegitimação do gênero feminino, o envolvimento com a ilicitude são expressões da busca por respeito, e, mais profundamente, por reconhecimento, que se expressa nas demonstrações de hombridade e bravura (PIMENTA, 2014). Portanto, falar sobre masculinidades e juventude é encarar como a violência exerce um papel de signo, de simbologia do objetivo a ser atingido, expresso no processo de

masculinidades hegemônicas e subalternas e nas culturas juvenis. Um dos resultados mais visíveis desse processo é o número altíssimo de mortes na juventude masculina – especialmente negra e periférica – apresentado na introdução deste capítulo, bem como a maior expressão da adolescência em conflito com a lei ser de jovens que se identificam com o gênero masculino.

A realidade atual é marcada por um envolvimento da juventude masculina com a violência que leva ao processo que vem ocorrendo no Brasil e em outros países da América Latina, denominado como Juvenicídio – que deve ser entendido como uma expressão mais ampla do que o mero genocídio de jovens. Adota-se, então, o conceito como trazido por Valenzuela Arce (2015). Juvenicídio é a condição final de um processo social mais amplo. Para compreender as mortes de jovens na América Latina é preciso visualizá-las em um cenário social que inclui processos de precarização econômica e social, estigmatização e constituição de grupos, setores e identidades juvenis desacreditadas – fatores que implicam na constituição de corpos-territórios juvenis como âmbito privilegiado de morte (VALENZUELA ARCE, 2015).

O contexto social, econômico e cultural da sociedade contemporânea gera, para a grande maioria da população, empobrecimento e precarização, condições sociais e econômicas desfavoráveis e violações sistemáticas de Direitos Humanos. Nesse contexto, amplos setores da população são considerados supérfluos e residuais. Pessoas que, embora sejam vidas presentes, a presença não faz falta para o funcionamento social e, mais ainda, atrapalha. Nesse contexto, inserem-se os jovens – não quaisquer jovens, mas apenas aqueles que são vistos socialmente como problema ou como risco, que estão nas periferias e cuja vida é precarizada ao ponto de tornar-se descartável. Dentro dessa perspectiva, o autor apresenta a existência de um Estado adulterado, em que atuam

conjuntamente as forças estatais e do crime organizado, o que permite a degradação das instituições e o consequente juvenicídio. (VALENZUELA ARCE, 2015).

O conceito de juvenicídio não está plenamente desenvolvido e difundido, como, por exemplo, o do feminicídio, mas é possível afirmar que seu processo gerador não decorre somente pela diferença de idade em uma sociedade adultocêntrica (COSTA, 2021). Os jovens não morrem *somente* por serem jovens. De fato, ao estudar-se os indicadores dos homicídios na juventude, indo-se mais além, vê-se que embora as vítimas tenham um perfil repetido – jovens, homens, negros, moradores dos bairros periféricos – os executores dessa política de morte são policiais, milicianos e mesmo outros jovens. Como leciona Valenzuela Arce (2015), é parte do processo social do juvenicídio a construção de uma imagem criminal do sujeito juvenil. Nesse contexto, contribui para essa imagem a formação de uma masculinidade violenta, especialmente entre jovens não brancos e periféricos, que ficam muito longe de aspirar a tornarem-se pessoas com as características das masculinidades hegemônicas.

O processo social que culmina no Juvenicídio não se explica por meio de uma única causa (COSTA, 2021), mas a formação de masculinidades e a sua relação com o envolvimento com a violência certamente estão imbricadas neste processo. Como visto, a formação da masculinidade impacta de forma intensa no período da juventude, em que culturas juvenis estabelecem parâmetros de aceitação e de comportamento. Além disso, outros aspectos estruturais da arena de gênero ganham força no pós-adolescência, como o papel do despertar da sexualidade e do esporte competitivo, que, da forma como socializam jovens do gênero masculino, criam relações de violência e poder que pautam os comportamentos. Por fim, o entorno da juventude, os espaços em que os homens adolescentes constroem suas identidades, na atualidade, tendem a ser mais cercados

pela violência, notadamente no caso daqueles moradores de territórios periféricos, que, pelo racismo estrutural, coincidem em grande frequência com os corpos racializados.

Nesse contexto de violência associada à masculinidade, os sujeitos adolecem em meio ao desprezo pelo gênero feminino e à valorização entre os jovens e dos adultos em relação aos jovens de comportamentos agressivos, como expressão de uma masculinidade heterossexual. O resultado deste processo gerador de violência tem sido a perda da vida de jovens, expressão final do juvenicídio, mas também se expressa no sofrimento dos adolescentes e no risco à vida e à integridade física de mulheres, com quem estes homens, com identidades construídas a partir de modelos de masculinidades violentas, vierem a relacionar-se.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi interrelacionar o estudo das masculinidades com o juvenicídio, a partir da compreensão da importância do período da juventude como formação do ser e do agir masculino e, muitas vezes, violento, dentro da arena reprodutiva. A justificativa de tal análise se dá pela observação dos indicadores de violência na juventude confrontados com o gênero – tanto dos agressores, quanto das vítimas. Como apresentado no início do capítulo, a imensa maioria dos adolescentes ingressos no SINASE são do gênero masculino, bem como o são a maioria dos agentes e das vítimas do crime de homicídio.

Outrossim, partiu-se de uma breve análise histórica do estudo da masculinidade – no singular – para trazer o giro epistemológico proposto por Connell ao reconhecer que a hierarquia na arena reprodutiva não está restrita à relação entre os gêneros masculino e feminino, mas existe também na subalternização de certas masculinidades e na construção de um perfil hegemônico que busca ser alcançado – consagrando as

masculinidades, no plural. Então, a relação das masculinidades com a juventude vira objeto de análise, com o enfoque na formação dos sujeitos masculinos durante a adolescência com enfoque na violência; esse enfoque pode ser um dos fatores que justifique o processo de juvenicídio – etapa final de um processo de precarização de vidas.

Nos tempos atuais, as relações de gênero na juventude direcionam-se para masculinidades violentas. Ao mesmo tempo, a subalternização de masculinidades formula ideais inatingíveis de homens, dos quais a juventude pobre e periférica encontra-se muitíssimo distante. Esses dois elementos relacionam-se com o descaso do Estado e com a omissão da sociedade na produção de um juvenicídio em massa, com a justificante construída pela formação de uma imagem coletiva desse jovem como criminoso – tornando-o o inimigo, o “outro”.

Esse “o outro”, não reconhecido como parte do todo e sem condições objetivas e subjetivas de um projeto de vida, cresce em meio a violências, relaciona-se com a violência e socializa-se como masculino tendo como elemento da sua identidade a violência. Morrem muitos à sua volta: morre o colega da escola, o vizinho de rua, o primo, o irmão. Com o tempo, passa a ser normal que jovens morram. Em complemento, a prisão ou a internação em instituições socioeducativas também é algo possível de acontecer.

Em meio à naturalização da violência e dos limites de vida que se conhece, a vida sem projeto é algo relativizado. Assim como a vida de quem morreu perto é relativa e a falta de vida é naturalizada, também será a vida de quem está do outro lado da vila, ou no asfalto desconhecido. A violência é a linguagem que se conhece e, potencializada pelo acesso às armas, a morte de outros também é algo possível e acessível. Assim, morrem uns do lado de cá, morrem outros do lado de lá, como parte do que significa o universo de estar vivo no tempo imediato. Importa referir, contudo, que a

vida relativizada e a morte possível não são fatalidades ou produto da natureza. Decorrem de processos históricos e sociais, da construção das masculinidades, da ação direta do Estado, da sua omissão histórica. No Brasil contemporâneo, em que nunca morreram tantos jovens por homicídio, suas mortes não têm grande importância, até porque são considerados “o outro”, inimigo comum, aquele que detém os atributos do inimigo público, que ameaça um grupo de pessoas unidas pela intolerância comum e pela ausência da identificação com aqueles.

O resultado visível de processos que são por vezes invisíveis é que todos os dias morrem jovens, em especial, negros e não brancos, meninos, vivendo em territórios sitiados, precarizados em seus projetos de vida.

Referências

- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Levantamento Anual SINASE 2017**. Brasília, Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos, 2019.
- BUNGENSTAB, Gabriel Carvalho; CARVALHO, Daniel dos Santos Simon de. Possibilidades para pensar a juventude brasileira: diálogos com Pierre Bordieu e Luis Antonio Groppo. IN: **Fragmentos de Cultura**. Goiânia: IFITEG, 2017; v. 27, n. 1, p. 85-98, jan./mar. 2017.
- CLARKE, John; HALL, Stuart; JEFFERSON, Tony; ROBERTS, Brian. Subcultures, cultures and class. IN: HALL, Stuart (edit.); JEFFERSON, Tony (edit.). **Resistance through rituals: youth subcultures in post-war Britain**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2007.
- CONNELL, Raewyn W. **Gender and Power: society, the person and sexual politics**. 1. ed. Cambridge e Oxford: Polity Press in association with Basil Blackwell, 1987.
- _____, Raewyn W. Adolescência en la construcción de masculinidades contemporáneas. **Varones adolescentes: género, identidades y sexualidades en América Latina**, p. 53-67, 2003.
- _____. **Masculinities**. 2. ed. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2005.

_____; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes. **Estudos feministas**, [Florianópolis]; v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/24328045>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. Masculinities in global perspective: hegemony, contestation, and changing structures of power. **Theory and Society**, [S.l.]; v. 45, n. 4, p. 303-318, ago. 2016. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/44981834>>. Acesso em: 12 mai. 2020.

COSTA, Ana Paula Motta. Juvenicídio: a expressão da necropolítica na morte de jovens no Brasil. **Revista Direito e Práxis ahead of print**. Rio de Janeiro, 2021

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias: Período de Julho a Dezembro de 2019**. Brasília, [2020]. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____; MAUSS, Marcel. Algumas fontes primitivas de classificação. In: RODRIGUES, José Albertino (Org.). **Durkheim**. São Paulo: Ática, 1984.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

GIRALDO, Fernando U. **El grupo de pares en la construcción masculina de jóvenes de clases subalternas**. Disponível em: <<https://biblio.flacsoandes.edu.ec/catalog/resGet.php?resId=24238>>. Acesso em 22 mai. 2020.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. **Novo relatório publicado pelo Instituto de Pesquisa em Política Criminal mostra que mais de 714 mil mulheres e meninas estão presas em todo o mundo**. São Paulo, 05 dez. 2017. Disponível em: <<http://itc.org.br/novo-relatorio-publicado-pelo-instituto-de-pesquisa-em-politica-criminal-mostra-que-mais-de-714-mil-mulheres-e-meninas-estao-presas-em-todo-o-mundo/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MCFARLANE, Helen. Masculinity and Criminology: The Social Construction of Criminal Man. **The Howard Journal of Criminal Justice**, [London]; v. 52, n. 3, p. 321-335, jul. 2013. Disponível em: < <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/hoj0.12011>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

MESSERSCHMIDT, James W.; TOMSEN, Stephen. **Masculinities, Crime, and Criminal Justice**. IN: Oxford Handbooks Online. [Oxford]: Oxford University Press, 2016. Disponível em: <<https://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935383.001.0001/oxfordhb-9780199935383-e-129>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993.

PIMENTA, Melissa de Mattos. Masculinidades e sociabilidades: Compreendendo o envolvimento de jovens com violência e criminalidade. **Dilemas. Rio de Janeiro, RJ. Vol. 7, n. 3 (jul./set. 2014), f. 701-730**, 2014.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide**: executive summary. Vienna, 2019.